

1 Ata número 006/2006 reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS),
2 ocorrida aos dias seis de junho de dois mil e seis, nas dependências da Sala de Reuniões
3 da Secretaria Municipal de Saúde de Ponta Grossa deu-se início à reunião as 19: 15
4 presentes os Conselheiros Edson Alves, Cassia Yoshio Shishido, Giana Carla P.
5 Machado, Northon Hilgenberg, João Fernando Ferrari, Maria Raquel Istschuk, Neumari
6 P. da Cunha, César José Campagnoli, Alceu José Batistel, Luciamari Moro Conforto dos
7 Santos, Claudia Maria Hey, Casturina Lopes Miranda, Paulo César Facin, Valmir de
8 Santi, Cleiber Marcio Flores os participantes: Carlos Eduardo Coradassi, Kellin Marina
9 Farago, José dos Passos Neto, Jurema Terezinha Barbosa . Verificada a presença de
10 quorum foi dado início a reunião a Presidente do CMS Neumari P. da Cunha dá as boas
11 vindas aos presentes e explica o motivo da Reunião Extraordinária sendo que a
12 solicitação à Mesa Diretora foi a pedido do Conselheiro Edson Alves, para aprovação e
13 reformulação do convenio 2936/2003 – que é um documento que trata de varias
14 questões entre elas o repasse de verbas para ampliação de varias unidades de Saúde e da
15 reforma e ampliação o Hospital Infantil. Por esse motivo a Mesa Diretora concorda
16 convocar a reunião Extraordinária, e quem faz a explanação do Convênio é a
17 coordenadora administrativa da Secretaria Municipal de Saude (SMS). A Presidente do
18 CMS Neumari diz que assim como foi enviado documento sobre o Convênio à Mesa
19 Diretora, também solicita que enviem uma cópia para as Comissões de Atenção Básica e
20 outra para a Comissão de Acompanhamento do Sistema Hospitalar e Especialidades.
21 Para as comissões fazerem uma avaliação desse convenio, para que na próxima reunião
22 as comissões já trouxessem um parecer para que os assuntos posam ser discutidos. e que
23 por uma questão d ordem a Rosilene faça sua explanação e depois as comissões façam
24 um relato de seus pareceres. Rosilene explica que a proposição do convenio junto ao
25 Fundo Nacional do Ministério da Saúde ocorreu também a proposição do mesmo
26 convenio com a Secretaria do Estado do Paraná. A Secretaria resolveu financiar essa
27 proposta e por isso alterar o Convênio. Ocorreu a aprovação de ampliação 25 unidades
28 de saúde em termos de engenharia e arquitetura, ocorreu a aprovação desse projeto pelo
29 Conselho Municipal. Referente a isso houve licitação das obras de 12 unidades dentre as
30 25, e no final de novembro de 2005 início de dezembro de 2005 foram entregues as
31 ordens de serviço para execução dessas obras, e em 31 de dezembro de 2005 liberação
32 da 2ª parcela sendo que o convenio previa 5 pagamentos, sendo a 1ª parcela referente a
33 reformas, a 2ª parcela para ampliação, em 29/12/2004, foram notificados pelo fundo não
34 mais pela CDE que dessas 25 unidades 13 estavam com problemas na titularidade
35 imobiliária para unidades de saúde que não apresentam registro de imóveis ou
36 averbação, por esse motivo não poderiam ser licitados as obras enquanto não9 e
37 regularizasse ou substituísse essa unidade por outra. O Convênio prevê parte desses
38 recursos para reforma e ampliação sendo um valor especifico para cada uma das

39 situações. A reforma não precisa ter comprovação de validade do Ministério, precisa ter
40 registro do imóvel e averbação mas para sim; entre as outras unidades de Saúde não
41 havia nenhuma proposta que pudesse ter valor para de aplicação do convenio. E por isso,
42 em 2005 verificou-se que no convênio realizado com o Estado em 2004 não foi
43 realizado o aval, enquanto no de 2005 houve reformulação dos projetos e pequenos
44 detalhes nos orçamentos, sendo que algumas coisas não haviam sido contempladas, uma
45 delas é a central de ar condicionados, e verificou-se que para fazer algumas reformas nos
46 Hospitais e principalmente no Hospital da Criança iria faltar recursos do Convenio 91
47 então, se propôs ao Ministério da Saude que aquele valor destinado que existia no
48 convenio do Ministério da Saude fosse reformulado para reforma no Hospital da Criança
49 e reformas no ambulatório de infectologia, então ocorreu a provação da parte de
50 engenharia e arquitetura , foi solicitado pelo Ministério a aprovação do CMS para
51 liberação dos recursos, nessa reformulação foi posto que os aditivos fossem
52 incorporados no valor do convenio . O Conselheiro Carlos Eduardo Coradassi pergunta
53 se os valores de aditivos são aproximados e pergunta também com relação aos imóveis
54 que não tem titularidade, a coordenadora responde que os valores são aproximados sim
55 pois pode ser maior ou menor, e quanto a titularidade o Ministério não libera verbas para
56 imóveis que não está registrado no nome da Prefeitura.a não ser que entre em um averba
57 que contemple como a Saude da Família. A Conselheira Claudia M. Hey questiona as
58 reformas feitas na infectologia se foram ou não feitas com verbas da AIDS, a
59 coordenadora diz que sim mais temos as reformas de ampliação. O Conselheiro
60 Coradassi pergunta a necessidade de uma reunião extraordinária , sendo que esse
61 assunto já poderia ter passado pelo conselho em reuniões anteriores, a coordenadora diz
62 ser uma falha pois em momento algum ela ia saber que precisaria passar por nova
63 aprovação a reformulação do plano. A Presidente Neumari pergunta se as comissões
64 chegaram a alguma conclusão ou se gostariam de ter mais um tempo. O Conselheiro
65 Coradassi diz que sim para que possa ser melhor analisado pois há dificuldades em
66 avaliar tudo sem uma análise maior. A Conselheira Casturina L. Miranda questiona a
67 questão de aditivos por que deve ser acrescido mais valores como aditivos; a
68 coordenadora fala que surgem imprevistos como exemplo prevê 2 ou 3 pontos de luz, e
69 na hora de executar a obra necessitou de mais um ponto e assim por diante, cabe ao
70 fiscal da obra verificar a alteração. O Conselheiro Valmir de Santi pede para que os
71 projetos sejam encaminhados com antecedência para que não passe tudo no afogadilho
72 para que o Conselho tenha tempo para aprovar. O Conselheiro Alceu Jose Batistel fala
73 que os moradores da Vila Francelina estão questionando as obras da unidade, pois a
74 comunidade já aguarda a vários anos, a coordenadora diz que é uma unidade sem espaço
75 físico para ampliações; O Conselheiro Paulo Facin argumenta que poderiam ser
76 desapropriados alguns terrenos , mas a coordenadora diz que não há tempo hábil para

77 fazer, O Conselheiro Paulo Facin também pede para que passasse antecipadamente as
78 coisa pelo Conselho, e diz que o acesso ao Hospital Regional será muito fora de mão,
79 portanto se passar pelo CMS e que possa ser feito um estudo para um outro local sem
80 perde-lo. A Conselheira Cássia Yoshio acrescenta que esse assunto já foi discutido em
81 varias reuniões e foi tomada a decisão. O Conselheiro Cleiber Marcio Flores explica que
82 uma importante unidade para ser ampliada e pergunta como fica nessa situação. O
83 Conselheiro Valmir de Santi explica que o recurso era destinado para ampliação, havia
84 local para fazer outra mas o recurso era apenas para ampliação. O Conselheiro Cleiber
85 também questiona sobre os repasses de verbas para as unidades que são emergenciais e
86 necessárias e se pode repassar a verba para ampliação de Unidades com documentos
87 regularizados. A coordenadora explica que não pode repassar verbas para ampliação
88 pois o recurso é só para reforma e pequenas construções. A Presidente Neumari pede
89 para que apresentem uma solução para as outras unidades e qual seria uma proposta
90 concreta da gestão em relação a essas unidades. O Conselheiro Edson responde que o
91 interesse maior dessa administração é a Atenção Básica, e por isso ele compromete-se
92 diante do conselho em rever essa questão. O Conselheiro Valmir sugere que a Comissão
93 Hospitalar trouxesse uma análise de como ficará o Hospital da Criança. O Conselheiro
94 Paulo Facin diz que o plano pode ser aprovado com ressalvas de que a Atenção Básica
95 seja beneficiada. A coordenadora Rosilene diz que a data para liberação da verba pelo
96 Ministério é até o dia 30 de junho. O Conselheiro Coradassi pergunta qual era o projeto
97 inicial e o final e por que somente agora veio para ser aprovado. O Conselheiro Edson
98 explica que a respeito dos aditivos na próxima reunião trará alguém para esclarecer
99 melhor as duvidas, apresentar as propostas de reformas e mostrar o valor do empenho; e
100 a questão do prazo, não depende de nos mas sim do governo, o mesmo não vê uma má
101 intenção, deve-se analisar o município, nada é de má fé e não estarão a provando nada
102 que está errado. A Conselheira Casturina explica que não é uma questão de desconfiança
103 mas que precisa –se trabalhar juntos e ter mais informações para desempenhar com
104 qualidade a função de cada conselheiro. O conselheiro Paulo Facin questiona de onde
105 virá a verba para a contemplação das unidades e se deve haver uma negociação com o
106 Prefeito para a assistência à Atenção Básica. O Conselheiro Batistel ressalta que os
107 projetos devem começar desde o principio com a presença dos conselheiros. O
108 Conselheiro Valmir sugere que seja aprovado e estudado o plano, e caso julguem não
109 estar correto basta uma ligação para Brasília e tudo pode parar. A Presidente do CMS
110 Neumari propõe que seja feita uma reunião ordinária para que as comissões estudem e
111 votem na próxima reunião. O Conselheiro João Fernando acrescenta que a partir dessa
112 reunião os assuntos devem chegar antes ao conselho, pois se trouxerem no afogadilho
113 não será mais aprovado. Posto em votação a proposta da Presidente e a do Conselheiro

114 Valmir aprovou-se a do Conselheiro Valmir em aprovar o plano e fazer o estudo para
115 trazer na próxima reunião ordinária. A reunião encerra-se as 20:58.